

Recebimento: 17/09/2018

Aceite: 06/12/2018

O TERRITÓRIO DA PIPOCA NOS ARRANJOS ORGANIZATIVOS DE TRABALHADORES AMBULANTES BELORIZONTINOS

THE POPCORN'S TERRITORY IN THE ORGANIZATIONAL ARRANGEMENTS OF AMBULANT WORKERS BELORIZONTINOS

Gabriel Farias Alves Correia¹

Higor Gomes Pereira²

Alexandre de Pádua Carrieri³

Resumo

Este trabalho tem como objetivo a compreensão do território de trabalho dos pipoqueiros na cidade de Belo Horizonte. Para o estudo, que é qualitativo, realizaram-se sessenta e duas entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores atuantes na região hospitalar e na região central da cidade. Para melhor compreensão dos dados, optamos pela técnica de Análise Linguística do Discurso (ALD) e debruçamo-nos sobre a seguinte categoria de análise: A rua é livre? Investigamos o cotidiano e a distribuição dos pipoqueiros no centro de Belo Horizonte. Diante disso, conhecemos a existência de três grupos de pipoqueiros atuantes e que a vinculação do trabalhador a cada um deles influencia em modos distintos de utilização do espaço urbano. Por fim, podemos verificar a constante disputa entre os espaços, resultante das relações de poder entre os diferentes pipoqueiros. Essas relações são evidenciadas nas disputas pelos pontos de vendas, pelas liberações e controle das licenças para trabalhar, pelo poder político junto aos órgãos oficiais, além das disputas por tamanho, influência e significância das entidades que representam esses trabalhadores.

Palavras-chave: Espaço. Territorialidade. Pipoqueiros. Cotidiano.

Abstract

This work aims to understand the working territory of the popcorn sellers in the city of Belo Horizonte. For the study, which is qualitative, we conducted sixty-two semi-structured interviews with the workers in the hospital region and in the central region of the city. For a better understanding of the data, we opted for the Linguistic Analysis of Speech technique (ALD) and look at the following category of analysis: Is the street free? Daily life and distribution of popcorn sellers in the center of Belo Horizonte. In view of this, we know of the existence of three groups of active p

¹ Mestrando em Administração (CEPEAD/UFMG), membro do NEOS - Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: correiaagfa@gmail.com

² Graduando em Administração (UFMG), membro do NEOS - Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: higor.gomes.pereira@gmail.com

³ Doutor em Administração (UFMG), professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: alexandre@face.ufmg.br

popcorn sellers and that the worker's attachment to each of them influences different ways of using urban space. Finally, we can verify the constant dispute between the spaces, resulting from the relations of power between the different popcorn sellers. These relationships are evidenced in disputes by points of sale, by releases and control of licenses to work, by political power with official bodies, and disputes over size, influence and significance of the entities that represent these workers.

Keywords: Space. Territoriality. Popcorn sellers. Everyday life.

Introdução

O objetivo deste artigo consiste em compreender o território dos trabalhadores ambulantes, particularmente dos pipoqueiros, de Belo Horizonte, MG. A determinação espacial por parte dos poderes econômico e político seria responsável pelo espaço concebido estranho ao indivíduo (LEFEBVRE, 1974), advindo de um saber técnico e ao mesmo tempo ideológico. Mas, de acordo com De Certeau (1994), esse espaço se manifestaria também como espaço vivido, arraigado nas práticas cotidianas. É nessa produção cotidiana que o espaço ordinário se desvelaria, como possibilidade de criar uma dinâmica própria dentro de uma determinação histórica e social. O espaço ordinário oscilaria entre o concebido e o vivido. No caso particular deste estudo, esse vivido estaria atrelado ao trabalho dos pipoqueiros belorizontinos.

O tema do espaço, da territorialidade e do lugar tem se tornado cada vez mais investigado em trabalhos na área de Administração. Algumas abordagens focam mais processos de formação espacial sobre a via econômica (COUTO; CKAGNAZAROFF, 2016), outros trabalhos recaem sobre a óptica relacional das construções de dimensão social e simbólica (FIGUEIREDO; CAVEDON, 2012), há também esforços que foram empreendidos em compreender o caráter relacional simbólico-econômico desses processos (BRULON; PECI, 2018).

Harvey (2004) entende que as dinâmicas de qualquer parte do mundo estão imersas em processos contínuos e contraditórios de criação, destruição e recriação de espaços. Os espaços são definidos por processos nos quais produção e consumo, oferta e procura (de mercadoria e força de trabalho), produção e realização, conflitos de classe e acumulação, cultura e estilos de vida permanecem unidos por uma dinâmica que resulta do conjunto de relações de forças produtivas e sociais. O espaço é relacional, é o resultado da atividade humana que está sempre enraizada em algum lugar, em um território.

Para Jayme e Neves (2010), a presença dos trabalhadores ambulantes, inclusos os pipoqueiros, na cidade de Belo Horizonte está ligada ao surgimento da capital. Para os autores, esses trabalhadores tinham papel fundamental no abastecimento informal de alimentos e outros bens, mas só vieram ocupar o centro da cidade no fim dos anos sessenta. Nosso estudo se localizou no que essas autoras denominaram de hipercentro de Belo Horizonte.

Os pipoqueiros são, conforme o Ministério do Trabalho (2002), trabalhadores ambulantes responsáveis pelo preparo dos alimentos e do transporte das mercadorias e que estipulam preços e condições de pagamento e solicitam a licença na prefeitura. Para o Sebrae (2017), a comercialização de produtos alimentícios é vista como uma boa oportunidade de empreender, já que nas cidades vivem muitas pessoas e que procuram por alimentos fora de casa. Para Pertile (2016), a definição de comida de rua é o conjunto de alimentos e bebidas que estão prontos para serem consumidos, cuja preparação ou comercialização é feita por um vendedor ambulante, que utiliza as ruas ou espaços públicos para sua comercialização. Esses trabalhadores são facilmente encontrados nas grandes cidades, geralmente em locais que têm grande aglomeração de pessoas. Em Belo Horizonte, a maioria dos pontos de vendas dos pipoqueiros está associada aos pontos de ônibus em razão da quantidade de pessoas que transitam pelos locais.

O comércio de rua já enfrentou vários processos de mudanças econômicas e urbanas e vem resistindo a eles. No Brasil, o comércio de rua impacta diversas pessoas, podendo destacar os trabalhadores, os clientes, fornecedores e órgãos públicos (PAMPLONA, 2013). Nesse sentido, o mercado da pipoca inclui diferentes sujeitos que estão interligados pelo universo dos pipoqueiros. Destacamos os próprios trabalhadores, que não são registrados em termos de quantidade, mas estimamos que seja por volta de mil trabalhadores, contemplando sindicalizados, associados e independentes, segundo os líderes dos sindicatos e da associação. Além disso, destacamos a

existência de fornecedores, os funcionários do próprio sindicato e os agentes de fiscalização ligados à prefeitura.

Por meio da pesquisa, foi possível identificar três grupos de pipoqueiros que trabalham no hipercentro (incluindo área hospitalar) de Belo Horizonte. O primeiro grupo de pipoqueiros (G1) faz parte do sindicato. O segundo grupo pertence à associação (G2) e o terceiro grupo, o dos independentes (G3), são aqueles que não têm vínculos com nenhum dos outros.

Nesses espaços ordinários, ambíguos, onde se misturam o privado e o público, o sentido de território parece sair fortalecido, já que é reforçado o caráter dinâmico quando se remete a um fator de identificação e laços, permeado de elementos simbólicos constituintes de significados, em que o poder está presente de maneira concreta (relações sociais) e simbólica (apropriação do espaço). Aqui, o processo de se sentir parte deste território é a territorialidade, que se manifesta em dimensões políticas, econômicas e culturais. A tensão é inerente a esse processo, estando ligada à forma como os indivíduos utilizam seu trabalho, organizam o espaço e dão significados ao lugar (SANTOS, 1979).

Para atingir o objetivo proposto, partimos de uma concepção qualitativa de pesquisa, sendo realizadas sessenta e duas entrevistas com pipoqueiros diversos espalhados pela região central e área hospitalar e pertencentes aos três grupos. Dessa forma, foi possível compreender como se dá a relação e a ocupação do espaço urbano por estes sujeitos. Para coleta de dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas, e a análise dos dados foi feita por meio da análise linguística do discurso (ALD).

Este artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, apresentamos o embasamento teórico relacionado ao cotidiano e ao espaço e à territorialidade e, logo após, apresentamos os caminhos metodológicos. Na terceira seção, buscamos discutir os resultados encontrados para que, por fim, possamos apresentar nossas considerações finais sobre o trabalho e sugestões para futuros trabalhos.

O Cotidiano

É no cotidiano que vivemos, que trabalhamos, comemos, passeamos. O cotidiano na área de administração tem sido trabalhado sob dois grandes temas: o da estratégia e o da tática. Aqui, buscamos trabalhar o tema do cotidiano pela narrativa das trajetórias de sujeitos historicamente esquecidos, sujeitos ordinários, envolvidos nos pequenos e micro negócios, os trabalhos formais e informais, os negócios familiares e não familiares, que são gerenciados com base nos conhecimentos práticos do dia a dia. (BARROS; CARRIERI, 2015).

Autores como Levigard e Barbosa (2010) destacam os trabalhos de De Certeau (1994), Heller (1989) e Lefebvre (1974) como pesquisas que focam o tema do cotidiano e que influenciam as ciências sociais como um todo. Os trabalhos de Lefebvre e Heller evidenciam o caráter transformador que a ação cotidiana pode exercer, sendo essas ações elementos constituintes de uma emancipação humana frente às mediações do capital, por conseguinte, dos produtores das histórias. Já os trabalhos de De Certeau, para quem a ação cotidiana é uma reação à história única, representam uma reivindicação de espaço e de valor para a ação produzida pelos sujeitos no cotidiano, com a incorporação das práticas, estratégias e táticas de sobrevivência. Segundo Levigard e Barbosa (2010, p. 78):

O resgate da noção de cotidiano e sua re-significação pela ação dos indivíduos em suas práticas e espaços sociais é o fio condutor que alinhava as ideias de Lefebvre, de Heller e de Certeau. Para estes autores, o estudo do cotidiano deve trazer visibilidade para a complexa trama urdida nos processos de reprodução social, onde valores, crenças, elementos cognitivos e afetivos, conflitos individuais e coletivos se cristalizam ou se diluem, em um fluxo de permanências e variabilidades, de acomodação ou de tomada de consciência.

Destacamos que, no cotidiano helleriano, assim como no lefebvriano, o que há é a alienação, e é necessário que os sujeitos saiam desse espaço de repetição mecanizada, objetivando apreender opressões e estratégias do dominador. A cotidianidade representaria, de certa forma, uma derrota da capacidade do indivíduo de praticar ações transformadoras se este não ultrapassar os limites das práticas repetitivas (do trabalho) e desenvolver práticas inventivas e libertadoras (no dia a dia). Já

para De Certeau (1994), o cotidiano é o espaço de criatividade. Mesmo havendo a alienação, inerente à vida cotidiana, às rotinas, às regras e aos hábitos, sempre é possível a criação de outras atitudes, pois o cotidiano, para este autor, envolve certa margem de liberdade de ações, decisões, de múltiplas possibilidades. Diante das estratégias do dominador, desvelam-se as táticas dos sujeitos inseridos no cotidiano.

Desse modo, o tema do cotidiano deve abarcar as experiências do dia a dia, as tarefas comuns são os pontos de partidas para análises mais abrangentes. Assim, outras vozes passam a ser ouvidas e isso acaba abrindo um campo para que pessoas comuns possam ser protagonistas, o que acaba por romper com um padrão existente nos estudos de Administração em que apenas os gestores ou grandes empresários têm relevância para falar sobre determinados assuntos. (BARROS; CARRIERI, 2015). Portanto, estudar o cotidiano em Administração é ir além dos modelos convencionais, buscando compreender valores que muitas vezes são desvalorizados.

Cabana e Ichikawa (2017, p. 301) relatam que é no cotidiano que as lutas por defender espaços considerados temporários das posições identitárias se configuram “e essas lutas são quase todas invisíveis para os de fora da organização. Elas são ofuscadas diante de uma aparente estabilidade que se impõe por diferentes instrumentos disciplinares e por diversos discursos que inibem comportamentos não congruentes com os prescritos.” O estudo do e no cotidiano auxiliaria na compreensão das relações entre as grandes estruturas sociais, ressaltando como estas impactam na vida das pessoas, assim como as pessoas se apropriam das experiências adquiridas na vida para resistir à dominação ou mesmo para iniciar um processo de mudança (BARROS; CARRIERI, 2015).

O estudo do cotidiano requer dos pesquisadores acesso a universos particulares, experiências vividas pelos sujeitos. Sujeitos que, para nós, assim como para De Certeau (1994), não estão entregues à passividade e à disciplina. Sujeitos advindos das relações sociais, sujeitos plurais, então, que ocupam um espaço, talvez criem lugares, quiçá determinem territórios para sua movimentação em seus contextos históricos e sociais. Sujeitos que podem fazer a ordem dominante funcionar em outro registro, criando possibilidades ordinárias de sobrevivência.

Espaço e territorialidade

Em Lefebvre (1974), o espaço produzido pelas relações sociais é, ao mesmo tempo, meio de produção e de controle, instrumento de ação e de pensamento. No espaço, estaria a representação do cotidiano, como objeto empírico e como forma de mediação entre o particular e o universal (LEVIGARD; BARBOSA, 2010). Para De Certeau (1994), o espaço é o cruzamento de vários lugares, que pode ser modificado constantemente pelas ações do sujeito. São essas ações, práticas cotidianas do homem ordinário, que condicionariam o espaço, tornando-o lugar de estratégias e táticas de sobrevivência da família, dos negócios, da produção de significações culturais e identitárias etc. Ao se evidenciar as narrativas histórico-sociais dos sujeitos em seus espaços sociais, deve-se buscar observar a transformação de espaços em lugares e de lugares em espaços. Essas transformações se sustentariam nas práticas sociais e estas na construção das significações culturais e identitárias do, e no, cotidiano dos indivíduos e grupos.

Para Lynch (1960), construímos diversas formas espaciais e pelas práticas sociais (re)utilizamos os espaços de uma localidade, de uma cidade. A produção das espacialidades são interpretações que fazemos no (re)uso dos espaços privados, públicos. A espacialidade dá sentido ao uso econômico, político e histórico-social dos espaços. Existe simbologia urbana a partir da (re)utilização das formas espaciais. Isso quer dizer que não existe apenas uma leitura simplificada da produção da espacialidade com uma simples descrição das formas, mas um estudo das práticas sociais que mediam processos de produção, de consumo das relações sociais dos sujeitos que ocupam, trafegam, passeiam pelos espaços urbanos.

Coimbra e Saraiva (2013), assim como Mendes e Cavedon (2015), acreditam haver uma relação entre o ambiente e o indivíduo em que os atributos de um ambiente são capazes de influenciar no desenvolvimento individual e coletivo das pessoas e assim como há impactos transformadores no espaço em decorrência dessa relação. Assim, o espaço é o lugar onde as atividades de todos os tipos acontecem e lá é que são traçadas as estratégias e onde acontecem as batalhas para defendê-las, sendo assim o espaço não pode ser tratado como sendo neutro, uma vez que já se encontra ocupado e ordenado, tendo sido um espaço de luta e confrontos ideológicos que se alteram ao longo dos anos, conforme pontuam.

Remetendo-nos a Augé (1994), é possível diferenciar espaço e lugares no sentido de que estes compõem aquele. Um espaço é composto de lugares relacionais dotados de significações distintas para sujeitos diversos. Dessa forma, em um mesmo espaço, coexistem vários lugares em função dos diferentes significados que lhes são dados. Para Lynch (1960) e De Certeau (1994), o lugar é uma parcela do espaço apropriada de vida, sendo produto humano, produzido e reproduzido na relação entre espaço e sociedade, entre o indivíduo e o coletivo. Essas relações se configuram não apenas entre os sujeitos, mas também na forma de estes se relacionarem com a natureza, de maneira que esse processo interativo forme uma rede de significações culturais e identitárias.

Intrinsecamente relacionado com os conceitos de espaço e com o de lugar, está o de território. Segundo Corrêa (1996, p. 251), “território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação”. Tal apropriação pode assumir controle efetivo, ou legitimado, e/ou pode representar uma dimensão afetiva, o que geralmente ocorre, resultado das práticas espacializadas, derivadas de grupos e características distintas. A apropriação se relaciona com as significações culturais e identitárias de grupos e à afetividade com o espaço. O território é, portanto, “o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” (CORRÊA, 1996, p. 252). Nesse sentido, remete-nos a um fator de identificação e laços, permeado de elementos simbólicos constituintes de significados, em que o poder está presente de maneira concreta (dominação) e simbólica (apropriação), sendo o processo de se sentir parte desse território a territorialidade.

Essas categorias espaciais – lugar e território – ganhariam corpo, e ainda mais dinâmica, quando observados os movimentos de ocupação das grandes cidades. Particularmente, a categoria território deve ser pensada em sentido da posse de um espaço (até mesmo público), o “direito” de frequentar determinadas ruas, lugares permitem aos seus “possuidores” excluir pessoas indesejáveis do acesso a esses espaços. A posse traduz relações de poder que existem nas sociedades. Segundo Akkar Ercan (2017), a identidade do território deve ser estudada como uma categoria também cognitiva de autoidentificação produzida pelas relações de poder existentes na sociedade. Essa categoria produz uma infinita variedade de cognições relacionadas às configurações físicas passadas, presentes e antecipadas que definem e circunscrevem a existência cotidiana dos sujeitos envolvidos.

Os territórios, mais que os lugares, evidenciam desigualdades no uso dos espaços (coletivos). Por se caracterizarem como confluências de sujeitos e contextos diversos, as desigualdades e diferenças econômicas, sociais e culturais acabam por produzir um estranhamento cotidiano entre os cidadãos. Atrelado a esse estranhamento, o fluxo – contínuo quanto à produção de diferenças e descontínuo quanto à produção de significados – produzido pelos trabalhos das pessoas, pelos seus deslocamentos, pelas demolições, novas construções, novos códigos de ocupação dos espaços nessas áreas urbanas, pelas crises econômicas, acaba por produzir fenômenos de grande relevância na vida cotidiana das pessoas que interagem na e com a metrópole.

Percursos metodológico

A pesquisa aqui desenvolvida foi de cunho qualitativo. De acordo com Souza (2014), o método qualitativo possibilita ao pesquisador compreender o fenômeno estudado sob diversas perspectivas, dentre elas sob a óptica do indivíduo. Ademais, a pesquisa qualitativa permite uma maior inteligibilidade sobre o objeto de estudo e um aprofundamento no que se refere à compreensão da realidade estudada. Dessa forma, foram entrevistados sessenta e dois pipoqueiros, das quais vinte e oito eram mulheres e trinta e quatro eram homens. As entrevistas foram desenvolvidas na rua, nos pontos de vendas desses trabalhadores. Buscamos realizar as entrevistas de modo aleatório com objetivo de diversificar os pontos dentro da região central pesquisada, já que dessa forma seria possível identificar caso houvesse alguma diferença significativa desses trabalhadores. Entrevistamos ainda o vice-presidente do Sindicato Profissional dos Pipoqueiros da Grande BH e o Presidente da Associação dos Pipoqueiros Empreendedores Individuais de Minas Gerais, identificados seguindo a mesma lógica dos pipoqueiros, uma vez que eles também trabalham como pipoqueiros.

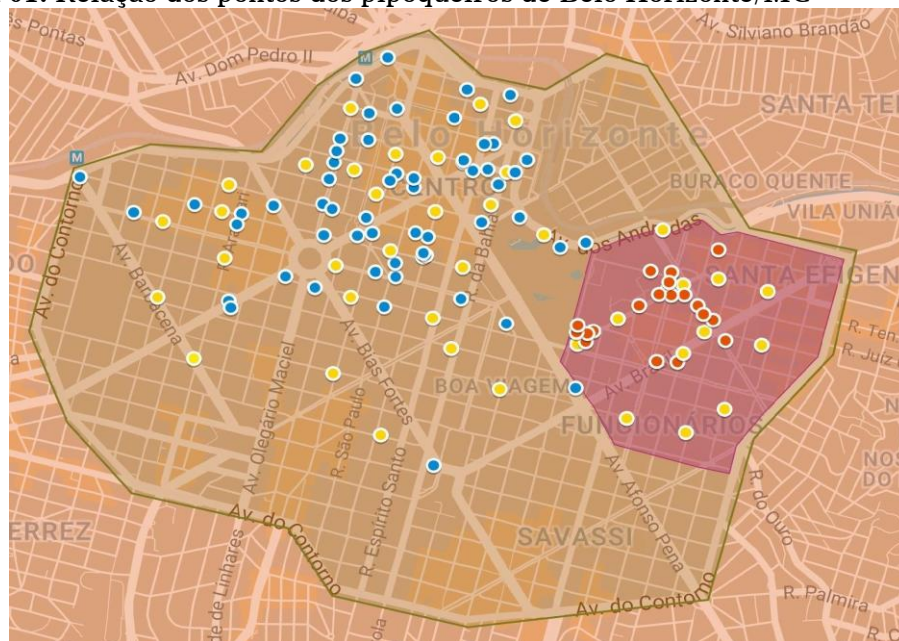
As pesquisas foram desenvolvidas entre os meses de março e julho de 2017 e, para a preservação dos entrevistados, foram sorteados aleatoriamente números associados. Dessa forma, a identificação dos entrevistados foi feita da seguinte forma: “Entrevistado 1 (E1G1)”, Entrevistado

10 (E10G2)”, “Entrevistado 24 (E24G3)” etc., ficando então preservada a identidade dos pipoqueiros quanto ao ponto, mas não quanto ao grupo a que ele pertence. A coleta de dados foi desenvolvida por meio de um questionário semiestruturado. Segundo Thiollent (1987), essa técnica é capaz de aproximar o pesquisador do universo cultural dos pesquisados. Dessa forma, é possível entender o contexto de construção dos discursos. Uma vez construído o *corpus* de entrevistas, utilizamos a técnica da Análise Linguística do Discurso (ALD) para a compreensão dos dados coletados. Segundo Maingueneau (1998), as vantagens trazidas por essa técnica possibilitam que o entrevistador trabalhe com as ideias implícitas nas falas dos entrevistados, aprofundando muito além do que é explícito. Segundo Souza e Carrieri (2014), a associação da pesquisa qualitativa à Análise Linguística do Discurso (ALD) proporciona um melhor entendimento entre a realidade social e os conflitos ideológicos, por apresentar maior clareza ao entrevistador, essa técnica vem sendo usada constantemente pelos Estudos Organizacionais. Com as análises, apareceram dois percursos semânticos que dissertam sobre: “A pipoca como uma herança de família” e “A rua é livre?” Para este artigo, debruçamo-nos sobre este segundo percurso.

Os pipoqueiros e suas ocupações dos espaços: formando territórios

O estudo buscou analisar os trabalhadores pipoqueiros que estão distribuídos na região central de Belo Horizonte, delimitada pela Avenida do Contorno, na região Centro-Sul. Nesse sentido, definimos esta área central seguindo a perspectiva de Jayme e Neves 2010 (figura 1).

Figura 01: Relação dos pontos dos pipoqueiros de Belo Horizonte/MG



Fonte: Dados da pesquisa. Na Figura 01 está delimitada a região central (em bege) e hospitalar (em vinho). Esse mapa evidencia também: 1) em azul, os pontos pertencentes ao Sindicato, concentrados no hipercentro; 2) em vermelho, os pontos utilizados pela associação, concentrados na região hospitalar; 3) em amarelo, os pontos utilizados pelos pipoqueiros independentes, sem delimitação específica.

Em 1956, foi fundado o Sindicato Profissional dos Pipoqueiros da Grande BH, com o objetivo de organizar e articular as atuações desses profissionais na cidade, além de exercer a representação junto aos órgãos públicos. Desse modo, o sindicato se ocupou de registrar todos os trabalhadores que agiam na cidade, assim como auxiliou no processo de regulamentação junto à Prefeitura. Além disso, executou um processo de mapeamento dos pontos de distribuição dos pipoqueiros que abrangiam o hipercentro da capital, passando a organizar e a controlar essa distribuição. A partir disso, a execução da atividade de pipoqueiro deveria ser registrada e mantida por meio de uma licença concedida pela Prefeitura de Belo Horizonte. Após o processo de licenciamento realizado nos anos de 1950, não se realizou um novo processo de cadastramento para contemplar aqueles que exerciam a atividade ou de forma ilegal ou que arrendavam as licenças dos primeiros beneficiados.

No entanto, essa situação mudou após a criação do Microempreendedor Individual (MEI), que possibilitou que os pipoqueiros independentes realizassem suas atividades, mas com dois contrapontos: não regularizados conforme a licitação municipal, mas aptos ao trabalho autônomo conforme o MEI. Logo, esses trabalhadores ingressaram com projetos de lei junto à Prefeitura e a Câmara Municipal dos vereadores para regularização da situação. Dessa condição surgiu a associação, com o objetivo de regularizar e organizar esses trabalhadores. O MEI também fez surgir um outro grupo de pipoqueiros, que denominamos de independentes, uma vez que não pertencem nem ao Sindicato, nem à Associação. Dessa forma, eles ingressaram com o pedido do MEI para ter a licença para trabalhar, compraram seus carinhos e passaram a utilizar os espaços rejeitados pelos demais pipoqueiros.

Desse modo, no decorrer da pesquisa, fomos conhecendo a existência de três grupos de pipoqueiros que atuam na cidade de Belo Horizonte. O primeiro, ligado ao Sindicato, composto de pipoqueiros registrados e regulamentados pela Prefeitura da cidade e que ocupam principalmente a região central por meio de um sistema de rodízio estabelecido pelo Sindicato. O segundo grupo, representado pela Associação, ocupa os pontos fixos, nas regiões rejeitadas pelos sindicalizados (na área hospitalar) e que lutam por um novo processo de licitação para pipoqueiros. Por fim, os independentes que, assim como os associados, também trabalham nos pontos que não são ocupados pelos sindicalizados e que não têm uma região delimitada de atuação, sendo possível encontrá-los tanto na área hospitalar quanto na área central. Os grupos são compostos por pessoas com idades que variam de 18 anos a 65 anos, de ambos os sexos, em sua maioria casados e com filhos, sendo aqueles mais velhos com escolaridades mais baixas e os mais jovens com ensino médio completo.

A rua é livre? Cotidiano e distribuição dos pipoqueiros no centro de Belo Horizonte

Assim como apresentado por Mendes e Cavedon (2015), o processo de se territorializar está diretamente ligado às relações de poder existentes, sendo o espaço o campo onde essas relações ocorrem, resultando no território. Os pipoqueiros que atuam em Belo Horizonte vivenciam uma disputa diária pela utilização dos espaços, seja entre os diferentes grupos de pipoqueiros ou com outros trabalhadores. Dessa forma, discutimos sobre o processo de ocupação do espaço urbano entre os grupos de pipoqueiros que atuam na região do hipercentro de Belo Horizonte e região hospitalar da cidade.

(01) É fixo, todos os pipoqueiros da Associação trabalham fixo no seu ponto lá. É assim que funciona. Lá [no centro] funciona o rodízio, porque o Sindicato (...) conseguiu prender todo mundo nesses rodízios, cada semana tem um. (...) eles cobram daqueles cara que tá ali. Fica prendido ao Sindicato e nós não cobra (E45G2).

(02) No centro tem [rodízio], cada semana, eu trabalhei no centro assim. No centro (...) cada ponto é por numeração. (...) Então, em cada semana você tá em um local (E5G1).

(03) É rodízio, toda semana muda. Essa semana tô aqui, semana [que vem] tô em outro ponto. Cada um desse [carrinho] tem um número e cada local é um número. Isso só aqui no centro (E6G1).

(04) Lá [na região hospitalar] é uma outra associação, que lá é ponto fixo e lá eles não fazem rodízio (E13G3).

No fragmento 01, o entrevistado apresenta um personagem importante, que é a Associação, sendo que este personagem está diretamente ligado ao modo como os pipoqueiros utilizam os espaços urbanos e a região da cidade que ocupam. Posto isso, ele afirma que todos os pontos da associação são fixos, conforme confirmado também pelo entrevistado E13 no fragmento 04. Ao mesmo tempo, o entrevistado apresenta um segundo personagem importante, que é o Sindicato dos pipoqueiros. Ele afirma haver uma diferença quanto à ocupação dos espaços urbanos, uma vez que aqueles sindicalizados não têm pontos fixos e, sim, participam de um sistema de rodízio. Tal informação é corroborada pelos depoimentos 01, 02, 03 e 04, além disso seus pontos estão localizados na região central da cidade. Quando afirmam que no centro de BH os pipoqueiros fazem parte de um rodízio,

eles estão dizendo que não existem pontos fixos pelo Sindicato, e que os trabalhadores se alternam nos demais pontos periodicamente.

Segundo os fragmentos 01 e 02, no sistema de rodízio, cada trabalhador tem o direito de permanecer no ponto por uma semana, sendo tal período compreendido entre a segunda-feira e o domingo, sendo necessário se deslocar para o ponto seguinte na próxima semana. Segundo a entrevistada E5, o uso da palavra “numeração” consiste em um modelo de classificação que associa um número a um ponto específico no hipercentro da capital, no qual o rodízio tende a seguir uma ordem. Ademais, o entrevistado E45, no fragmento 01, utiliza do léxico “prender” para se referir a um modelo de fidelização dos pipoqueiros ao Sindicato e o uso deste termo deixa implícito que o entrevistado observa isso como um tipo de exploração desses trabalhadores, já que precisam trabalhar e, para se utilizar dos pontos, é preciso estar ligado à Instituição, silenciando que possa existir algum tipo de conflito na forma como o sindicato administra os pontos e lida com os trabalhadores.

A generalização do termo “todo mundo” está posto pelo entrevistado 45 para exemplificar que conseguem assegurar que todos os trabalhadores que tenham os alvarás possam utilizar dos pontos cadastrados, uma vez que a utilização do sistema de rodízio só é permitida para os trabalhadores que têm tal documento. Tal fidelização está relacionada a uma contribuição mensal que mantém esses pipoqueiros ligados ao Sindicato e que lhes permitem a utilização da sede do Sindicato com estacionamento, no qual é possível perceber que o modelo de exploração exposto pelo entrevistado está pautado nos fatores monetários para utilização de um espaço público, deixando implícito que o entrevistado não percebe valor nas atividades de suporte do Sindicato.

No depoimento 04, ao utilizar o termo “lá” para se referir à área hospitalar, a entrevistada expõe de forma implícita que existe uma delimitação territorial clara entre o Sindicato e a Associação, introduzindo a ideia de que, além da forma de utilização do espaço, existe também uma separação quanto à região da cidade em que estão distribuídos, confirmando a afirmação de Mendes e Cavedon (2015) de que o espaço permite demarcações, por possuir particularidade política, permitindo também resistências e transformações. Sendo assim, o Sindicato é responsável pela área central e o controle dos pontos numerados e a Associação está ligada aos trabalhadores que atuam na região hospitalar, mesmo que sua representação não seja tão significativa quanto a do Sindicato na área central.

(05) Eu trabalho nesse ponto aqui, porque (...) nós temos o sindicato, a gente fazia rodízio, eu fazia rodízio, mas como tem ponto que não é do Sindicato, igual esse aqui, aí eu fiquei aqui... tô aqui até hoje (E12G3).

(06) Quando comecei eu ficava rodando, eu ficava no rodízio. De um tempo eu mudei de ideia e fiquei só aqui. (...) criei uma clientela boa (E3G3).

(07) O ponto é fixo aqui, nunca sai. Aqui é ponto fixo a gente trabalha aqui nesse ponto tem vinte e cinco anos, só nesse ponto, mas a gente já trabalhou na parte central. Tem vinte e cinco anos que veio pra cá e se tornou fixo. Os outros pontos da gente também é fixo, tem mais dois aqui na área hospitalar e dois fora que é na parte central, mas na central o ponto é fixo, não trabalhamos com rodízio (E9G3).

Nos trechos 05, 06 e 07, os entrevistados afirmam que pertenciam ao rodízio de pontos e, dessa forma, o termo é utilizado para informar que já foram membros do Sindicato, silenciando os motivos pelos quais optaram por trabalhar em pontos fixos como no fragmento 06, em que a entrevistada diz “mudei de ideia e fiquei só aqui”, atribuindo posteriormente à boa quantidade de clientes a mola propulsora da mudança. Ademais, no fragmento 05, o uso da terceira pessoa do plural “nós” para se referir ao Sindicato deixa implícito uma relação de pertencimento ao Sindicato, mesmo afirmando não fazer parte do rodízio.

No fragmento 07, a entrevistada dá uma conotação de pertencimento ao ponto. Isso se justifica quando ela afirma “o ponto é fixo aqui, nunca sai”, deixando explícito que este sentimento está ligado ao aspecto temporal por já trabalhar no mesmo ponto há vinte cinco anos. De forma implícita, apresenta-se a delimitação e a apropriação do território, corroborando Corrêa (1996), ao afirmar que o território não está ligado à posse, mas a sua apropriação. Provavelmente, seus anos de

experiência são capazes de justificar a decisão de utilizar o ponto fixo, inclusive ela afirma já ter trabalhado na região central e que a mudança por um ponto fixo foi uma escolha, que parece ter sido acertada. Destaca-se nesse trecho que a entrevistada nunca utiliza a fala sobre si e sim utiliza o lexema “a gente”, que se deve ao fato de considerar os carrinhos pertencentes à família, já que suas filhas também realizam o trabalho. Ademais, quando ela se refere aos demais carrinhos da família, ela se coloca no papel de gestora, no qual fica implícito um modelo de gestão de negócio para o gerenciamento dos carrinhos da família.

Ao utilizar o termo “fora” para se referir aos demais carrinhos, a entrevistada 09 também cria uma fronteira entre os trabalhadores das regiões central e hospitalar, deixando implícito uma possível disputa territorial. A entrevistada ainda coloca que, mesmo atuando na região central, não faz parte do sistema de rodízio, afirmando no trecho “mas na central o ponto é fixo” o distanciamento entre os pipoqueiros, sua distribuição territorial e ocupações dos pontos na cidade.

(08) Só que es ponto que eles tão lá [hospitais] é tudo cadastrado por aqui, mas como o povo aqui não se interessa, vai sair daqui leva o carrinho pra Santa Casa? Hospital das Clínicas? Lá para aqueles lugar lá? Então o pessoal prefere ficar mais por aqui. Como os pontos aqui já é suficiente, nós mexe pro lado de lá não. E ninguém aqui [tem interesse] pra lá. Fica muito longe (E7G1).

No fragmento 08, o entrevistado deixa explícito que os pontos utilizados pelos pipoqueiros associados e independentes na área hospitalar também pertencem ao Sindicato e busca reforçar sua força nesta disputa por território e poder ao trazer para sua fala o desinteresse da região pelos trabalhadores sindicalizados. Além disso, o entrevistado 07 utiliza o lexema “cadastrado” para representar que, no Sindicato, existe um cadastramento dos pontos catalogados junto à Prefeitura. Nessa relação, constam tanto os pontos da região central quanto da região hospitalar e que isso só é possível porque nenhum dos pipoqueiros do Sindicato se interessa pelos pontos, tendo em vista que a região é distante do estacionamento de carrinhos do Sindicato. Logo, é possível observar que existem diferentes formas de ocupação do espaço urbano pelos pipoqueiros, e esta distribuição está ligada ao vínculo, ou não, com uma instituição que assegura (ou deixa de assegurar) a eles direitos e deveres para a ocupação.

(09) Nós aceitamos aqui dentro [no Sindicato] apenas os associados nossos, só se tiver o alvará ele é associado aqui. Se não tiver não é associado. Esse alvará tem na Prefeitura. (...) tem já, tem mais ou menos uns vinte anos que eles não libera mais alvará. Quem tem, tem, quem não tem..... [silêncio] Aí tem que ter alvará (E7G1).

(10) A diferença da Associação é porque nós somos aquele pipoqueiro reconhecido nacional. Que tamo no projeto do governo porque nós tem um CNPJ e lá [no Sindicato] é diferente do nosso, porque tem uma licença municipal, essa licença municipal ela é, ela é precária. Todo ano eles tem que revalidar ela. Nós somo CNPJ, nós tão no programa do governo. Esse CNPJ tá lá na Receita Federal vinculado com nosso CPF (E14G2).

No depoimento 09, o entrevistado deixa explícito que o pertencimento ao Sindicato está condicionado à posse do alvará, utilizando o termo “associados” para se referir aos profissionais que são sindicalizados e têm o alvará. O alvará é um documento oficial fornecido pela Prefeitura, que autoriza a utilização das vias e logradouros públicos da cidade pelos pipoqueiros, além disso ele regulamenta a comercialização dos produtos que são vendidos nos carrinhos e a ocupação do espaço urbano, sendo que essa instrução consta na LEI Nº 8616, de 14 de julho de 2003, que contém o código de posturas do município de Belo Horizonte.

O personagem “Prefeitura” é personificado como a entidade responsável pela liberação dos alvarás, utilizando o termo “tem na Prefeitura” para demonstrar que o documento está disponível e acessível para quaisquer trabalhadores. Em seguida, é utilizado o aspecto temporal para afirmar que o credenciamento oficial não ocorre há aproximadamente vinte anos. Ademais, o entrevistado diz sobre o alvará que “quem tem, tem, quem não tem ... [silêncio]”, deixando implícito que se trata de algo exclusivo e aqueles que não têm não devem trabalhar com a pipoca. Neste caso, silencia-se o papel representativo do Sindicato que deveria defender os objetivos e interesses de todos os pipoqueiros que atuam na capital.

No trecho 10, o entrevistado ressalta as diferenças entre o Sindicato e a Associação, ao utilizar o lexema “diferença”, ele explicita as qualidades e vantagens percebidas na Associação em comparação ao Sindicato, dessa forma ele utiliza o termo “reconhecimento nacional” para diferenciação do Sindicato. O termo indica uma ideia de prestígio social, tendo em vista que a Associação tem menor prestígio econômico e político, exemplificado pelo questionamento da validade e da legitimidade das licenças de trabalho dos não sindicalizados perante aos órgãos de fiscalização, expondo uma disputa de poder político, representativo e territorial entre os órgãos de representação destes trabalhadores.

(11) Lá [no centro] é o Sindicato, que tá lá há sessenta anos, eles comanda ali o centro. Mas hoje já tem misturado lá, nós, o microempreendedor tá lá também no meio deles. Lá são setenta licença, mas setenta licença e só trabalha dez titular, o resto é tudo alugado, porque esse pessoal envelheceu, não pode mais trabalhar, se aposentou e foi alugando a licença. (E14G2).

(12) Preposto é porque a licença é de uma outra pessoa, e o Preposto sou eu, entendeu? É porque essa licença ela saiu há muito tempo atrás, aí hoje em dia ela não tá tendo mais. Eles até lançaram uma, não sei se foi em dois mil, não sei, mas pra trabalhar na área hospitalar, na região central não tá tendo mais (E28G1).

O fragmento 11 expõe a situação das licenças exigidas. O Sindicato é apontado como o que tem controle da distribuição dos trabalhadores no hipercentro, destacado pelo lexema “comanda”, que ocorre há pelo menos setenta anos em uma espécie de monopólio. Além disso, o entrevistado 14 aponta que o Sindicato realiza a transação entre o titular da licença e o locador, deixando claro que poucos desses titulares ainda trabalham com suas licenças. O uso do lexema “alugado” apresenta a realidade de comercialização de licenças intermediada pelo próprio Sindicato. No trecho 12, o personagem “Preposto” é usado para designar aquele que aluga a licença e tem direito à utilização das vantagens que este documento oferece, tais como participação do sistema de rodízio e de sorteios para trabalhar em eventos diversos que ocorrem em diferentes pontos da cidade, por intermédio da empresa municipal de turismo Belotur. Ademais, esse entrevistado levanta dúvidas quanto à natureza das documentações de licenciamento, uma vez que os nomes alvará e licença se confundem muitas vezes e, apesar de colocados como equivalentes, o alvará é fornecido pela Prefeitura por meio de chamamento público de licitação e a licença provisória é fornecida pelo documento de registro no programa do MEI, conforme a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008. Além disso, é reforçada a separação entre os territórios e, conseqüentemente, entre os tipos de pipoqueiros, destacado na utilização do lexema “mas” para se opor que estes trabalhadores só possam trabalhar na região hospitalar, já que este é o local onde estão concentrados aqueles que não têm os alvarás.

(13) Naquele tempo [quando comecei a trabalhar com pipoca] existia o Sindicato, (...) a Prefeitura não fazia mais licitação. Eram cento e trinta e sete [pipoqueiros] e foi caindo e se tornou setenta e cinco [sindicalizados]. Aí me interessei por aquilo, quando foi em dois mil e nove, saiu aquele projeto do governo federal, do microempreendedor. Esse microempreendedor pode o pipoqueiro, poderia se especializar na pipoca. Quando cadastra e faz seu CNPJ. Daquele CNPJ (...) nós aproveitamos e fizemos uma Associação (E14G2).

O processo para trabalhar como um pipoqueiro associado é bastante diferente do enfrentado pelos sindicalizados. Pela fala do entrevistado 13, o Sindicato sempre esteve presente na gestão dos pontos de trabalho da cidade. A grande mudança em relação ao modo como trabalhava na rua só viria a ocorrer no ano de 2009, quando tomou conhecimento do MEI, lançado em 2008. O programa possibilitou e intensificou o surgimento de pipoqueiros tanto vinculados à associação quanto os independentes, viabilizando o registro, o recolhimento de impostos, o pagamento da previdência social com valor reduzido e a emissão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O uso do MEI pelos pipoqueiros não licenciados pela Prefeitura gerou condições legais para atuação nos logradouros públicos, sendo utilizada como uma tática para criação da Associação. Convergindo com Barros e Carrieri (2015), o cotidiano permite que as ações dos sujeitos sejam evidenciadas, assim como a criatividade para lidar com as imposições dos sujeitos de poder. Desse modo, os pipoqueiros que romperam com o Sindicato e se tornaram pertencentes à Associação,

impulsionaram um processo de mudança que exigiu da Prefeitura, do Sindicato, do órgão de fiscalização adaptação ao novo sistema de trabalho.

(14) Aquilo lá né Associação que eles fala, mas né Associação nada, aquilo lá é tipo clandestino. Eles nem documento tem (...) eles que inventou essa Associação aí (...) Eu sei daqui né, de lá eu não sei. Lá eles trabalha naquela região da Santa Casa, Hospital das Clínicas. Nós não, é centro sul aqui. Eu converso com eles e eles conversa com nós. (...) A Associação deles lá é, sei lá, fraca né (risos) (...) Se tiver lá uns... vinte e cinco pipoqueiro, trinta pipoqueiro. Eles fica pra lá... eles não pode nem entrar no nosso ponto aqui. (...) eles é doido pra se misturar com nós aqui, mas nós não podemos fazer isso (...) Porque (...) aqui só trabalha com quem é legalizado com a Prefeitura como é que nós vão entrar com eles lá, sendo que eles não é legalizado? A Prefeitura fala que vocês têm que apoiar os pipoqueiros, nos tem que trabalhar só com quem é [legalizado]. Eles lá e nós aqui. Nós não temos inimidade com eles, nem briga, nem discussão tem (E7G2).

No recorte 14, o entrevistado expõe sua opinião sobre a Associação, deixando claro que não a considera como uma entidade legítima, explícito na utilização pejorativa do termo “nada” e a desqualificação como “clandestino”, por considerar que a ausência de alvará municipal é fundamental para o trabalho como pipoqueiro e por reafirmar a qualificação do Sindicato. Além disso, o entrevistado se refere à Associação como “fraca”, em uma nova tentativa de rebaixar o trabalho dos outros pipoqueiros. Isso reafirma o já colocado por Mendes e Cavedon, (2015) de que todo território é espaço de lutas e disputas, sendo que as fronteiras é que impedem os contatos físicos ou culturais, mas, ao mesmo tempo, é utilizada como proteção por aqueles que se protegem com as fronteiras. A fronteira é enfatizada quando o entrevistado 07 afirma “eu sei daqui”, em que ele assume que desconhece o funcionamento da Associação e não se interessa por conhecer. Ao se referir que “eles” ocupam a região da área hospitalar, torna-se explícita a separação territorial entre os pipoqueiros sindicalizados e os associados.

Por fim, podemos afirmar que o uso da estratégia de menosprezo pelo sindicalizado para se referir aos da Associação transparece a existência de conflitos entre as duas instituições, mesmo que o entrevistado insista em negar a existência deles. Assim, fica clara a existência de disputas relacionadas ao campo territorial, às ações políticas, à quantidade de membros pertencentes à Instituição e da influência sobre o espaço urbano e sobre quem teria o “direito” de usá-lo.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho consistiu em compreender o território de trabalho organizado pelos pipoqueiros da cidade de Belo Horizonte. O desenvolvimento das atividades desses trabalhadores e a ocupação do espaço urbano motivaram a realização deste estudo, sendo fundamental a compreensão das condições sociais, das relações entre os trabalhadores, com os outros sujeitos do espaço urbano além dos espaços que oportunizam a resistência. Este estudo propiciou que compreendêssemos as histórias desses sujeitos, ao mesmo tempo que refletimos sobre o uso do espaço público das ruas da cidade.

Para auxiliar no processo de compreensão das práticas desses trabalhadores, marginalizadas pelo *mainstream* da Administração, reiteramos Pena et al. (2016) e Barros e Carrieri (2015) e consideramos que o tema de cotidiano possibilita destacar narrativas das trajetórias de sujeitos historicamente esquecidos e silenciados, além de apresentar conhecimentos não considerados pelos estudos hegemônicos da gestão. Isso configura a rica e múltipla ação cotidiana que, ao invés de ratificar a história universal e única, oportuniza considerar os sujeitos em seu caráter dinâmico e diverso, bem como suas práticas, estratégias e táticas que permitem a sobrevivência nos espaços de intensas disputas.

Além disso, recorreremos ao tema de espaço e territorialidade para compreendermos as relações de poder e disputas pelo espaço urbano. Como bem colocam Mendes e Cavedon (2015), os territórios são formados pelas ações dos homens sobre o tempo e espaço, com base em suas construções sociais. Diante disso, os estudos de Harvey (2004) nos auxiliaram na concepção de que os espaços estão inseridos em contínuos e contraditórios processos de criação, destruição e recriação, produto da atividade humana em um território. Isso nos permitiu atrelar o trabalho dos

pipoqueiros, a ocupação dos espaços nas áreas urbanas que acabam por produzir, na vida cotidiana, fenômenos de interação na e com a cidade.

A pesquisa, que é qualitativa, foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com sessenta e dois pipoqueiros distribuídos pela região do hipercentro e hospitalar da capital mineira. Para melhor compreensão dos dados, optamos pela técnica de Análise Linguística do Discurso (ALD) e debruçamo-nos na seguinte categoria de análise: A rua é livre? Cotidiano e distribuição dos pipoqueiros no centro de Belo Horizonte. Diante disso, conhecemos a existência de três grupos de pipoqueiros atuantes em Belo Horizonte que influenciam no modo de utilização do espaço urbano. Os pipoqueiros que pertencem ao Sindicato se distribuem pelas ruas por meio de um sistema de rodízio semanal entre os pontos demarcados na região do hipercentro. Os pipoqueiros ligados à Associação utilizam, como pontos fixos, aqueles não utilizados pelo Sindicato, concentrados na região hospitalar. Já o grupo dos pipoqueiros independentes não pertencem a nenhum dos dois grupos e estão espalhados pela região hospitalar e do hipercentro, geralmente utilizando os pontos rejeitados por pipoqueiros associados e sindicalizados.

Um outro ponto são as disputas territoriais que deflagram as relações de poder entre Sindicato e Associação. Como vimos, surgem fronteiras que separam os trabalhadores sindicalizados do hipercentro e os associados da região hospitalar que, mesmo que exerçam as mesmas atividades, têm objetivos distintos. Espaços aqui percorridos e delimitados pelos pipoqueiros podem ser conceituados como recipientes de poder. As relações de poder e as demonstrações de força política se tornam evidentes quando analisamos as relações entre os dois grupos, tendo nos discursos dos representantes a desvalorização do trabalho do outro e a exaltação das próprias atividades. As demonstrações de suas forças convergiram para as redes de influência tanto da Câmara Municipal de Belo Horizonte quanto da Prefeitura de Belo Horizonte. O retrato de reuniões, projetos de leis e interesses comuns entre as partes são disputas que ocorrem, antes de tudo, nos espaços da cidade. Ademais, a adoção do modelo de exclusão atual pelo Sindicato para com os pipoqueiros dos outros dois grupos demonstra a tentativa de manutenção do poder, já que tem o controle dos pontos oficiais por pelo menos sessenta anos, tem mais trabalhadores sindicalizados, estrutura física e apresenta maior possibilidade de negociação junto ao poder público. Diferentemente disso, os demais grupos lutam por oportunidades de sobrevivência legalizada por meio da sobreposição da lei federal do MEI à legislação municipal que regula o trabalho dos pipoqueiros.

Observamos o que é defendido por Harvey (2004, p. 92), quando afirma que o Estado não assume um papel de agente passivo com relação aos processos moleculares de acumulação de determinada região. Ele pode, inclusive, “usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infraestruturais [...], mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos”, ou seja, o autor então pensa a produção capitalista do espaço assumindo formas diversas em função de peculiaridades preexistentes. A produção do espaço, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e trabalho (HARVEY, 2004, p. 99).

Por fim, ao olhar para diferentes situações e formas de organizar o trabalho, o negócio, a vida, essas diferentes visões nos ajudam a construir uma bricolagem de subjetividades que se interligam. Em nosso caso, a pipoca (o milho estourado) possibilitou encontrar modos de se organizar e estar na cidade enquanto trabalhadores ambulantes. Pudemos observar que espaço e lugar não são fixos ou inatos, mas, sim, criados e recriados por meio das ações e significados das pessoas. Observamos que o trabalho no espaço público está profundamente implicado no processo de diversificação das atividades, dos modos de sobrevivência criados pelos ambulantes que participaram da pesquisa. A pesquisa tangenciou, de certa maneira, a construção a partir da qual “certos” sujeitos (pipoqueiros) são representados nos espaços das ruas onde trabalham: como um subproduto social. E esta noção está na constituição também das formas de se organizarem nas ruas, de quem é permitido entrar, quem é excluído do Sindicato, da Associação e do grupo independente, fortalecendo as estruturas de desigualdade historicamente construídas na cidade de Belo Horizonte.

Referências

- AKKAR ERCAN, M. 'Evolving' or 'lost' identity of a historic public space? The tale of Gençlik Park in Ankara. **Journal of Urban Design**, 22(4), 520-543, 2017.
- AUGÉ, M. **Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.
- BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 151-161, 2015.
- BRULON, V.; PECI, A. Quando Processos de Organizar se Chocam: Híbridos no Espaço Social de Favelas. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 84, p. 68-86, 2018.
- CABANA, R. P. L.; ICHIKAWA, E. Y. As identidades fragmentadas no cotidiano da Feira do Produtor de Maringá. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 285-304, 2017.
- COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o Movimento Quarteirão do Soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, p. 34-46, 2013.
- CORRÊA, R. L. **Território: globalização e fragmentação**, v. 2, p. 251-256, 1996.
- COUTO, F. F.; CKAGNAZAROFF, I. B. Prefeituras Priorizam o Desenvolvimento Local? Limitações ao Planejamento e Implementação de Políticas de Desenvolvimento Local em Montes Claros/MG. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 4, p. 225-234, 2016.
- DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. O Espaço Organizacional e o Espaço da Cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 219-253, 2012.
- HARVEY, D. **O Novo imperialismo**. Edições Loyola, 2004.
- HELLER, A. **Cotidiano e história**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.
- LEFEBVRE H. **La production de l'espace**, Paris, Ed anthropos, 1974.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. Classificação Brasileira de Ocupações. (2002). Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.
- JAYME, J. G.; NEVES, M. A. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno CRH**, 23(60), 605-617, 2010.
- LEVIGARD, Y. E.; BARBOSA, R. M. Incertezas e cotidiano: uma breve reflexão. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 5, p. 84-89, 2010.
- LYNCH, K. **The image of the city**. MIT press, 1960.
- MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- MENDES, L.; CAVEDON, N. R. "Território como ordem e caos": relações de poder entre camelôs, poder público e comerciantes. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 12, n. 1, p. 15-26, 2015.

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Rev. bras. estud. popul.**, p. 225-249, 2013.

PENA, F. G.; MARTINS, T. S.; OLIVEIRA, L. L.; CARRIERI, A. P. O Polo da Moda em Belo Horizonte: uma Análise Histórica do Barro Preto. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 15, n. 4, p. 8-26, 2016.

PERTILE, K.; GASTAL, S. Comidas de Rua: Concepções e Práticas. Um Estudo em Porto Alegre/RS, Brasil. **Revista Hospitalidade**, v. 13, n. 1, p. 162-181, 2016.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; SOARES, A. S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 97-126, 2014.

SEBRAE. **Como montar um carrinho de pipoca**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/Como-montar-um-carrinho-de-pipoca>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

SOUZA, E. M. (org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórica-conceitual**. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2014.

SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. A análise do discurso em estudos organizacionais, In: SOUZA, E. M. (org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórica-conceitual**. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2014.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.